

CÂMARA
MUNICIPAL DE SOUSA
CASA OTACÍLIO GOMES DE SA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA.

Parecer Jurídico nº 098/2025

Referência: Projeto de Lei Ordinária nº 033/2025

Autoria: Poder Público Municipal

Relator: Daniel Pinto Nóbrega Gadelha

APROVADO
Em 23 de 09 de 25
[Assinatura]
Presidente

Ementa: "Cria no âmbito do Município de Sousa o "Programa Mais Visão/Educação", Para execução por meio da realização de consultas/exames oftalmológicos e fornecimento de óculos aos estudantes matriculados na rede Pública Municipal de Sousa. E dá outras providências."

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei Ordinária nº 033/2025, de autoria do Prefeito Constitucional de Sousa-PB, dispõe acerca da criação do Programa Municipal "Mais Visão/Educação" que se digna a atender alunos da rede pública municipal no diagnóstico, tratamento oftalmológico e, sendo necessária, obtenção de óculos e demais medicamentos prescritos.

A lei se justifica pela obrigatoriedade que o *Estado, à Família e à Sociedade a obrigação de assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à saúde.* Além disso, é saber notório de que o desenvolvimento da visão deve ser atentamente acompanhado nos primeiros anos de vida para melhor solucionar eventuais problemas. A visão e a percepção de mundo que ela proporciona são fatores importantíssimos para o facilitar do desenvolvimento cognitivo, incluindo a aprendizagem significativa. Logo, é de suma importância a implementação de um programa voltado a saúde da visão dos jovens educandos.

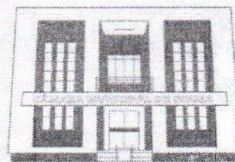
II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, estabelece que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local. Além disso, o inciso II do mesmo artigo autoriza os municípios a suplementar a legislação federal e estadual no que couber. No bojo da lei também é citado com justificativa o artigo 227 da CF:

Art. 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"

Na esfera municipal, projeto encontra respaldo na Lei Orgânica do Município de Sousa, em especial nos seguintes dispositivos:

O **art. 143** da Lei Orgânica prevê que a saúde é dever do Poder Público, inciso II, compreendendo ações de **prevenção, recuperação e promoção da saúde coletiva.**



CÂMARA
MUNICIPAL DE SOUSA
CASA OTACÍLIO GOMES DE SA

O art. 152:

“...§ 2º. A Lei disporá sobre tratamento especial e assistencial que deverá ser despendido aos idosos, **às crianças, aos adolescentes**, aos portadores de deficiências e a maternidade.”

Os recursos próprios destinados estão devidamente amparados pelas Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar 101/2000, tendo como critério os usuários da rede municipal de ensino.

Dessa forma, a proposição está amparada no ordenamento jurídico nacional e municipal, pois trata de matéria de interesse municipal e complementa normas já existentes sobre proteção social.

III – CONCLUSÃO E VOTO

Em face do exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa observa que no presente projeto está revestido de boa forma constitucional legal, jurídica e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido.

Por isso, o parecer é pela Aprovação.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2025.


Vereador Daniel Pinto Nobrega Gadelha
Presidente/Relator

Pelas conclusões (Art. 74, § 2º, do RI).


Delani Gledson Alves
Membro

Johanna Dinah A. de C. M. Estrela
Membro

De acordo com restrições (Art. 74, § 3º, do RI).

Delani Gledson Alves
Membro

Johanna Dinah A. de C. M. Estrela
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSA

R. Nabor Meira, Nº 17 Centro de Sousa - PB Cep 58800-310 BRASIL

Tel: (83) 3521-1509

<http://www.camarasousa.pb.gov.br>

Legislatura 2025-2028

SESSÃO:	10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO ORDINÁRIO DE 2025		
MATÉRIA:	PARECER		
INSTITUIÇÃO:	Câmara Municipal de Sousa	NÚMERO:	0098/2025
PROPOSITOR:	Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa	DATA:	23/09/2025
P. DA SESSÃO:	AMANDA SILVEIRA	HORA:	19:55
TIPO VOTAÇÃO:	MAIORIA SIMPLES	PRESENTES:	14

VEREADOR	PARTIDO	PRESENÇA	VOTO
AMANDA SILVEIRA	PSB	PRESENTE	
DIOGENES FERREIRA	PSD	PRESENTE	SIM
TEKIN LINHARES	SD	PRESENTE	SIM
GEORGE SUCUPIRA	PSD	PRESENTE	SIM
RADAMÉS ESTRELA	PSB	PRESENTE	SIM
JR DE ZILDA	PSB	PRESENTE	SIM
ABEL SALES	PSB	PRESENTE	SIM
DENIS FORMIGA	PSB	PRESENTE	SIM
DELANI GLEDSON	PSB	PRESENTE	SIM
DANIEL PINTO	PT	PRESENTE	SIM
MARCIO DAS BANCAS	SD	PRESENTE	SIM
JOHANNA ESTRELA	PDT	PRESENTE	SIM
ASSIS ESTRELA	PDT	PRESENTE	SIM
ANANIAS VIEIRA	MDB	PRESENTE	SIM
ALYSON ALVES	PL	AUSENTE	AUS

APROVADO

SIM

13

NÃO

0

ABS

0

TURNO:

Turno

TRAMITE:

Ementa:

PRESIDENTE DA SESSÃO

Parecer nº 098/2025, da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 033/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que cria no âmbito do Município de Sousa o Programa Mais Visão/Educação, para execução por meio da realização de consultas/exame oftalmológicos e fornecimento de óculos aos estudantes matriculados na Rede Pública Municipal de Sousa, e adota outras providências.